

## Aspectos conjunturais e estruturais da globalização econômica

Dr<sup>a</sup> Rosângela de Lima Vieira<sup>1</sup>

*“... entre o passado, mesmo longínquo, e o presente  
nunca há ruptura total, descontinuidade absoluta...”*

Fernand Braudel

A globalização econômica é estudada por muitos autores como um processo histórico das últimas décadas do século XX. Esse é o caso de Octavio Ianni que data o seu início no pós Segunda Guerra; outros analisam o fenômeno tendo começado ainda mais recentemente, na conjuntura das últimas décadas do século passado, como o economista francês François Chesnais. Todavia, é possível encontrar subsídios para analisar o fenômeno da globalização econômica fazendo parte de um processo de longa duração. Nesse caso assinala-se a globalização como inerente à expansão capitalista a partir do século XVI e, portanto, um fenômeno estrutural do próprio capitalismo. Uma leitura apressada destas posições pode indicar que se trata de visões antagônicas e, conseqüentemente, excludentes. Contudo, pretende-se demonstrar que o diálogo entre as leituras conjunturais e as estruturais da globalização econômica permite uma compreensão mais ampla, rica e profunda desse fenômeno.

A análise pode ter como ponto de partida a caracterização de Octavio Ianni para a globalização:

A rigor, o capital financeiro parece adquirir mais força do que em qualquer época anterior, quando ainda se encontrava enraizado em centros decisórios nacionais, mais ou menos subordinados ao Estado-nação. Além da mundialização acelerada e generalizada das forças produtivas, dos processos econômicos, da nova divisão internacional do trabalho, formam-se redes e circuitos informatizados, por meio dos quais as transnacionais e os bancos movem o capital por todos os centros do mundo. (1995, p. 57).

Distinguem-se aqui alguns elementos constitutivos da globalização econômica: a financeirização; a mundialização generalizada das forças produtivas, dos processos econômicos e da nova divisão internacional do trabalho; e a formação de redes e

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da FFC – Unesp/Campus de Marília-SP.

circuitos informatizados que movem o capital pelo mundo. Além disso um distanciamento do setor econômico da ingerência estatal aparece nas entrelinhas do trecho acima.

Na ótica desse autor tais fenômenos começam a se colocar na segunda metade do século XX.

Desde que o capitalismo retomou sua expansão pelo mundo, em seguida à Segunda Guerra Mundial, muitos começaram a reconhecer que o mundo estava se tornando o cenário de um vasto processo de internacionalização do capital. Algo jamais visto anteriormente em escala semelhante, por sua intensidade e generalidade. (Ianni, 1995, p. 45)

Ianni ainda comenta que aquilo que parecia uma possibilidade do capitalismo, ou seja, vir a ser um modo de produção mundial, se tornou cada vez mais uma realidade do século XX. E nesse sentido o período da *“Guerra Fria, nos anos 1946-89, foi uma época de desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo pelo mundo.”* (1995, p. 46).

Também François Chesnais, estuda a globalização econômica como fenômeno próprio das últimas décadas do século XX, embora utilize outra expressão: *“mundialização do capital”* para nomeá-la. Para esse economista francês trata-se de um processo que se desenvolve a partir dos anos 70, cuja característica central é a acumulação predominantemente financeira.

Ele afirma: *“a mundialização deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas.”* (Chesnais, 1996, p. 32). E a mundialização do capital

é o resultado de dois movimentos conjuntos, estritamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob impulso dos governos Thatcher e Reagan.” (Chesnais, 1996, p. 34).

Assim, ideologia da globalização como "progresso técnico" cultua as novas tecnologias que serão utilizadas pelas corporações transnacionais, através do novo complexo de reestruturação produtiva, para modificar suas relações com os

trabalhadores e as organizações sindicais. E esse discurso – permeando as políticas neoliberais – foi posto como uma nova orientação capitalista, considerada como saída para a crise de 1974-1975.

As proposições desses dois autores descrevem a globalização econômica ou mundialização do capital como uma nova fase do desenvolvimento capitalista. É distinta dos momentos anteriores pela preponderância do capital financeiro e pela utilização de novas tecnologias com grande facilidade no movimento do capital. Também a reestruturação produtiva se coloca como um elemento típico dessa nova fase capitalista, cujos dados distintivos são a desregulamentação do trabalho, a terceirização, e o toyotismo.

Além disso, uma nova divisão internacional do trabalho coloca, de um lado, uma parte dos países periféricos produzindo manufaturas de baixo coeficiente tecnológico, com mão-de-obra barata e flexível – uma produção intensiva no uso da matéria-prima e energia, com atividades muitas vezes insalubres e poluidoras, socialmente rejeitadas nas nações capitalistas centrais; e, de outro lado, nos países do centro do capitalismo mundial tem-se a produção de bens industriais de alto valor agregado, geralmente da área de informação e de comunicação, e de serviços de apoio à produção, de valor intangível.

Foram estas, de forma sintética, as análises do fenômeno da globalização econômica como uma ruptura com os períodos anteriores do desenvolvimento capitalista, ou seja, uma leitura da globalização circunscrita na conjuntura específica do final do século XX.

Há, contudo, posições críticas a essa abordagem. São interpretações que pensam as características estruturais do capitalismo e dentre elas a tendência multissecular de expansão territorial e de internacionalização.

### **Elementos estruturais da globalização econômica**

Este enfoque parte de autores da história de longa duração, começando pelo criador dessa concepção: Fernand Braudel (1902-1985).

Aqui a opção se dá por dois principais motivos: primeiramente pelo fato de o historiador francês ser o autor da teoria das diferentes durações temporais e em decorrência disso ter formulado a análise histórica da longa duração; o segundo motivo remete ao fato de ele ter estudado a formação histórica do capitalismo utilizando esta metodologia, o que poderá dar algumas pistas de como é defensável o estudo da

globalização como um fenômeno histórico de longa duração. Portanto há duas contribuições nesse estudo: uma de caráter metodológico e outra de conteúdo propriamente.

As diferentes durações temporais, sugeridas como elemento importante do método de análise histórica por Fernand Braudel decorre da observação da cronologia própria de cada fenômeno histórico, bem como as suas raízes históricas e seus desdobramentos posteriores. Também deve-se levar em conta outros elementos na compreensão das diferentes temporalidades: permanência, mudança, ritmo e velocidade de mudança.

Assim há fenômenos históricos que acontecem rapidamente e quase não deixam qualquer herança à posteridade. São como vaga-lumes, como metaforizou Braudel, ou fenômenos de curta duração. Ocorrem também fenômenos históricos, cuja gestação é de média duração. Estes resultaram de uma conjuntura específica, ou seja, significa um conjunto de elementos e algum tempo<sup>2</sup> para que este tipo de fenômeno histórico aconteça e permaneça com influência. Por sua vez, o olhar de longa duração é utilizado para a análise de processos históricos que variam de um século ou mais e cuja gestação é longa; por isso mesmo eles demoram a se firmarem, mas em contrapartida por constituírem-se fenômenos estruturais apresentam mudanças profundas e muito lentas. Diz Braudel:

**grande** história, mas também história profunda, esta última expressão logo vos será muito familiar seguindo meus raciocínios. Eu entendo por isso, com alguns outros historiadores de hoje e de ontem, uma história dos homens vista em suas realidades coletivas, na **evolução lenta das estruturas** segundo a expressão da moda hoje em dia: estruturas dos Estados, das economias, das sociedades e das civilizações (Braudel, 1997, p. 28).

O historiador francês obviamente não desenvolveu estudos específicos com o tema globalização econômica – e nem poderia tê-lo feito, dada a época de suas pesquisas. Contudo seus estudos do processo de desenvolvimento do capitalismo pré-industrial contribuem em larga escala com dados que serão úteis à reflexão aqui proposta.

As duas principais obras de Fernand Braudel são as fontes deste estudo: *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo à época de Filipe II* e *Civilização Material, Economia e Capitalismo – séculos XV a XVIII*.

---

<sup>2</sup> Este “tempo” varia em cada caso, Braudel usava como parâmetro 50 anos.

Na primeira obra Braudel analisa o período das grandes navegações, da conquista da América e do comércio oriental. O autor dá ênfase aos anos de 1550-1600, embora não se limite estritamente a esse período. Da leitura dessa obra depreende-se claramente o perfil do desenvolvimento mercantil na segunda metade do século XVI. O comércio, dentro da nova conjuntura espacial dada pelas navegações, apresenta-se desde o início *internacionalizado*. É o caso da progressiva presença dos portugueses na costa atlântica da África. Braudel esclarece, a “... *imediata prosperidade das trocas (ouro, escravos, marfim, falsas pimenta entre as quais a malagueta) não oferece dúvida alguma.*” (1995a, vol. 1, p.517). Também merece destaque sua análise sobre a circulação do ouro. De origem africana ou americana este metal chega, de forma regular, ao Mediterrâneo e daí aos Balcãs e ao Oriente (Idem, p. 543).

Os veleiros ingleses aparecem tardiamente. Tem-se notícia de alguns por volta de 1446-1456, com lã, tecidos, peças de estanho e peregrinos para a Terra Santa (idem, p.664). O desenvolvimento comercial inglês culmina com a formação das primeiras grandes companhias de comércio: Levant Company e da East India Company, ambas criadas no final do XVI. Juntamente à reentrada dos ingleses ligada ao estanho, ocorreu a primeira entrada maciça dos hanseáticos e dos holandeses ligada às compras de trigo pelos mediterrânicos (vol. 1, p. 679). Desses dois povos, foram os holandeses que conseguiram triunfar e atingiram, por volta de 1597, a extremidade oriental do mar Interior, chegando mesmo à Oceania e à China.

Há de se ressaltar que Braudel já se refere ao fenômeno comercial da época, utilizando expressões como “tráfego mundial” e “economia mundial”, muito embora essas expressões absolutamente não fossem comuns quando a obra foi escrita em 1949 e nem mesmo ao ser revista e reeditada em 1963.

A obra *Civilização Material, Economia e Capitalismo* caracteriza a economia mundial nos séculos XV a XVIII. Inicialmente destacam-se expressões coincidentes àquelas utilizadas pelo autor na obra anterior. A expressão “unidade marítima”, utilizada entre outros casos para as redes comerciais empreendidas pelas grandes companhias, ilustra o que se deseja demonstrar.

Já na introdução desta trilogia, Braudel apresenta a sua concepção de capitalismo e de sua tendência à internacionalização.

A meu ver o verdadeiro capitalismo, sempre multinacional, o parente do das grandes Companhias das Índias e dos monopólios de todos os tamanhos, de direito e de fato, que existiram outrora, análogos, nos

seus princípios, aos monopólios de hoje. Não será lícito afirmar que as firmas dos Fugger e dos Welser eram **transnacionais**, como hoje diríamos, uma vez que tinham interesses em toda a Europa e representantes ao mesmo tempo na Índia e na América espanhola? (1995b, p. 12-3).

A descrição feita pelo historiador dos circuitos comerciais das grandes empresas atacadistas, de seus esforços para desenvolverem melhores condições da armazenagem, dos depósitos e entrepostos permite sim considerar estas companhias, nascidas no século XVII, como as grandes empresas “transnacionais”, das últimas décadas do século XX.

Outro argumento no mesmo sentido constitui-se no desenvolvimento das Bolsas. Essas certamente já demonstravam a atividade comercial tanto em larga escala como em longas distâncias. O historiador apresenta a expansão deste “... *lugar de encontro de banqueiros, mercadores e negociantes, agentes de câmbios e de banco, corretores e outras pessoas...*” (Braudel, 1996a, p. 79); no Mediterrâneo a partir do século XIV: Piza, Veneza, Florença, Gênova, Valência, Barcelona; no século seguinte em Bruges, Antuérpia e Lyon e no XVI em Amsterdam, Londres, Paris e Bordeaux.

Ainda pode-se destacar mais um aspecto apontado pelo autor que demonstra o nível de desenvolvimento do comércio internacional naquele período: as Balanças Comerciais. Apesar de todas as dificuldades para se desenvolver este estudo, o autor afirma que já havia, nos europeus de 1549, a preocupação com o equilíbrio entre ativo e passivo ou, de preferência, o superávit comercial, uma vez que essa era a melhor forma de controlar a transferência de metais.

Em *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, sobretudo no terceiro volume, encontramos um vasto estudo da economia em escala mundial. O próprio título do volume “O tempo do mundo” é significativo; e Braudel explica-o como “... *uma espécie de superestrutura da história global (...) minha intenção é apreender, neste terceiro e último volume, sobretudo a história econômica do mundo entre os séculos XV e XVIII...*” (1996b, p. 8).

O processo de internacionalização do comércio é apresentado em suas várias fases e dentro do modelo explicativo das economias-mundo.

Na primeira delas, a de Veneza, Braudel demonstra sua especificidade, sobretudo geográfica que lhe impõe a necessidade de obter tudo por troca: cereais, reses, queijos, legumes, vinho, azeite, madeira, pedras e até água potável. Em troca

oferece “... *a indústria, o comércio, os serviços...*” (idem, p. 93). Esta dependência de Veneza lhe proporciona o comércio longínquo desde os séculos IX e X: Bizâncio, Islã e a Cristandade ocidental.

Para progredir foi necessário garantir passagens fluviais; multiplicar navios de comércio e de guerra e o seu arsenal; afastar a concorrência e forjar suas instituições fiscais, financeiras, monetárias, administrativas, políticas até que os homens ricos tomem o poder. Além de todos estes fatores, as Cruzadas constituíram-se no grande impulso ao crescimento mercantil de Veneza e o seu triunfo definitivo é o monopólio da pimenta e das especiarias. Esse por sua vez lhe garante o sucesso, pois determina sua ligação com a Alemanha e a Europa central, onde estão seus “... *clientes mais certos para o algodão, a pimenta e as especiarias e a fonte privilegiada do metal branco, chave do comércio do Levante.*” (idem, p. 103).

Por tudo isso, no final do século XIV a primazia de Veneza afirma-se sem ambigüidades, um “Império” “... *modesto em extensão mas de espantosa importância estratégica e mercantil, por causa do seu alinhamento com o Levante.*” (idem, p. 104).

A constituição de Veneza em uma economia-mundo provém de sua política econômica que mantém sob controle rigoroso todas as operações com as economias submetidas, ela “... *alimentou-se delas, impedindo-as de agir à sua maneira e segundo sua própria lógica.*” (idem, p. 110).

Muitas estratégias auxiliam o poderio veneziano. O fato de seus navios mercantes serem construídos ou mantidos por verdadeiros *pools* marítimos reduz os seus preços com transportes e os mantém bastante competitivos. Além disso, sua vida econômica dispõe de todos os instrumentos capitalistas: mercados, lojas, armazéns, feiras, casa da moeda, uma verdadeira hierarquia mercantil, cambistas, e banqueiros que garantem empréstimos comerciais.

Já a decadência de Veneza está relacionada a fatores como: a ascensão dos Estados territoriais ocidentais e do Império Turco, e a entrada no circuito do Oceano Atlântico.

Antes, no entanto, de comentar a transferência do centro econômico para Antuérpia deve-se frisar a dimensão internacional do comércio internacional empreendido por Veneza. Como se viu o comércio veneziano estende-se por boa parte de Europa e Oriente; isso parece comprovar a hipótese de que o processo de formação do mercado global é inerente ao capitalismo desde os seus primórdios. Não estaria exatamente aí o início desse processo?

Se o exemplo ainda parece muito pouco para tal afirmação a continuidade da leitura da obra de Braudel aponta outros argumentos. Na conjuntura da decadência de Veneza, ele analisa a posição de Portugal, pois desde o

... final do século XIII, estabelecida a ligação marítima entre o Mediterrâneo e o mar do Norte, ela é atingida de passagem e utilizada pelo longo circuito marítimo e capitalista que une as cidades italianas à Inglaterra, a Bruges e, indiretamente, ao Báltico. (1996b, p. 124-5).

Com isso Braudel demonstra que Lisboa apresenta-se como uma praça internacional. Mas apesar dos triunfos portugueses, eles estão inseridos numa economia-mundo que lhe determina o lugar. Por isso mesmo Lisboa não se torna o centro do mundo. Este não é o único argumento para a ascensão de Antuérpia – que sucede Veneza. Braudel mostra detalhadamente porque o impulso ocorreu na região norte.

Na realidade Antuérpia vive de impulsos e regressões. O primeiro impulso se dá pelo consumo de pimenta – no Norte é o maior de toda a Europa: quase 90%; Antuérpia já era um centro de comércio dos tecidos ingleses com a Alta Alemanha. Entretanto a reviravolta ocorre com a chegada da pimenta diretamente de Portugal (a partir de 1501) – já que Portugal não tinha condições ou recursos abre mão da redistribuição (revenda, encargos de abrir créditos, etc); “... *em compensação, os portugueses encontravam em Antuérpia o cobre e a prata das minas alemãs, de que necessitavam para os seus pagamentos no Extremo Oriente.*” (idem, p. 132). Rompe-se assim o monopólio veneziano.

A partir de 1523 Antuérpia vive uma crise: guerra entre os Valois e os Habsburgos; deterioração do mercado de pimenta e especiarias; declínio da produção de prata Alemã e reação econômica de Veneza. O aumento da chegada de prata da América em Sevilha relança Antuérpia numa posição central, pois

esse afluxo de riqueza dá à Espanha (deveríamos dizer a Castela) uma nova dimensão política e econômica. Os Habsburgos, na pessoa de Carlos V, acham-se senhores, ao mesmo tempo, da Espanha, dos Países Baixos, do Império, de uma Itália solidamente dominada desde 1535. Obrigado a fazer pagamentos em toda a Europa, o imperador está, desde 1519, ligado aos prestamistas de Augsburgo, cuja verdadeira capital continua sendo Antuérpia. (Braudel, 1996b, p. 133).



Aos serviços do mercado de dinheiro de Antuérpia soma-se um intenso comércio entre ela e a Espanha – Braudel enumera listas de mercadorias de ambos os lados – e outros serviços como o empréstimo de embarcações vindas do Norte para engrossar as frotas espanholas.

A bancarrota espanhola de 1557 atinge Antuérpia em cheio, no entanto sua economia revive num terceiro impulso: a indústria. A produção de tecidos e tapeçarias garante seu futuro, pois “*os capitais, como já não encontram pleno emprego na atividade comercial ou nos empréstimos públicos, voltam-se para as oficinas.*” (idem, p. 136).

No entanto, Antuérpia deixa a posição central que ocupara, não apenas pela reviravolta econômica, mas também pelos grandes distúrbios sociais, políticos e religiosos que atingem os Países Baixos.

Fazendo um balanço da breve participação de Antuérpia como centro econômico do mundo, Braudel afirma que esta cidade foi ao mesmo tempo um elo importante e original da história do capitalismo. O seu sistema financeiro era de extrema facilidade e eficácia com a possibilidade de desconto das letras de câmbio. (Com esse desconto resolve-se um problema antigo, os juros, ou o “... *preço, do aluguel do tempo.*” (idem, p. 138). Assim essas se transformavam em cédulas ao portador e, portanto moeda circulante, com características próprias:

se a compro a dinheiro, pago-a abaixo do seu valor; se a recebo em pagamento de uma dívida, obrigo quem assina a me dar uma quantia superior à sua dívida. Como a cédula deve valer o montante de dinheiro que ela especifica no seu vencimento, vale forçosamente menos na partida do que na chegada. (idem, p. 138).

Há, pois, uma contribuição de Antuérpia ao capitalismo financeiro que deve ser considerada no processo de internacionalização do capitalismo. Todavia novo deslocamento do centro econômico começa a ocorrer e desta vez em direção à Amsterdã.

Na Holanda a riqueza dela vem do mar. A pesca costeira e a de arenque, bacalhau e baleia alimentam um comércio externo, com lucros consideráveis. Além disso, seus estaleiros produzem embarcações em quantidade e qualidade. Tais condições são possíveis pela proximidade da matéria-prima – no Báltico, por exemplo, onde obtém-se madeira inclusive para o mastro dos navios, as cordas, e a resina – e pelas modernas técnicas: serras mecânicas, máquinas para erguer o mastro, etc. Também

“*acrescente-se que na Holanda, seja qual for o ramo de atividade, o crédito é fácil, abundante, barato.*” (idem, p. 174). Além disso Amsterdã usufrui “... *da Europa miserável uma mão-de-obra suplementar indispensável.*” (idem, p. 175) e comercializa ainda barcos de segunda mão.

Politicamente as Províncias Unidas apresentaram, ao ver de alguns estudiosos, um aparelho político insignificante que teria favorecido o capitalismo. Para Braudel é preciso analisar conjuntamente o Estado e a base social que o sustenta. Numa palavra pode-se dizer que as instituições arcaicas das sete províncias convivem no Conselho de Estado e nos Estados-Gerais e suas decisões devem ser remetidas e aprovadas pelas províncias – não sem conflitos.

Apesar deles, a política externa das Províncias até 1680 revela um Estado forte, capaz de intervir não somente com soldados, embarcações e armas, mas também por meio de embaixadores e negociadores, como ocorreram várias vezes durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-48). Desta forma mantém-se protegido seu território e seus interesses comerciais.

Como chegaram a esse patamar econômico e político? O triunfo holandês inicia-se com a distribuição de trigo no Báltico e rapidamente (1530-50) outros produtos também passam por suas mãos: “... *cinco sextos das mercadorias trocadas entre a península Ibérica e o Atlântico norte: trigo, centeio, naval stores e produtos industriais do norte da Europa (...) por sal, azeite, lã, vinho e sobretudo prata.*” (idem, p. 189). Na mesma época é aberta a Bolsa de Amsterdã.

A ligação norte-sul intensificou-se com a capitulação da Espanha. Esta em crise desde 1560 precisou recorrer ao trigo vindo do norte, mesmo tendo que pagá-lo com ouro. Por sua vez a retirada dos banqueiros genoveses do comércio de Sevilha deixa livre a praça para os mercadores do Norte. Esses não adiantam dinheiro, porque tal possibilidade está ainda fora de alcance, mas antecipam mercadorias. Assim eles entram no comércio europeu, das Índias e da América.

Há uma grande inversão de tendência secular entre 1600 e 1650 no continente europeu: o sul empobrecendo e o norte assumindo a liderança econômica. Discretamente tal função vai sendo ocupada pela Holanda. Essa liderança exige a tomada do comércio longínquo. No comércio asiático ela vai entrando a partir dos anos 1595-7 com suas expedições comerciais, as quais Portugal não conseguiu barrar. E já em 1602 é criada a Companhia das Índias Orientais. “*A partir de então, passou a haver uma só política, uma só vontade, uma só orientação nos assuntos da Ásia: a da*

*companhia que, verdadeiro império, colocou-se sob o signo da expansão contínua.*” (idem, p. 194).

Este foi também o marco de uma verdadeira explosão daquele processo que parecia “encoberto” e a possibilidade de os holandeses assumirem ou tomarem, se for preciso, posições portuguesas e espanholas, principalmente na Índia e posteriormente na África.

O sucesso holandês na Ásia se dá pelo “... *monopólio das especiarias, a fixação autoritária dos preços, a vigilância das quantidades comercializadas (destruindo, se fosse o caso, as mercadorias em excesso)*...” (idem, p. 202). Também uma rede de ligações marítimas, o crédito, os adiantamentos da metrópole e a busca constante de monopólios deram vantagem aos holandeses. Braudel destaca o fato de serem todas realizações de longo prazo.

Há na Europa um crescimento da concorrência com a criação das grandes companhias de comércio de longas distâncias e o encarecimento da própria política monopolista.

A crise da Companhia das Índias Orientais se dá por um conjunto de três fatores: o crescimento das fraudes e da corrupção internas à Companhia; o choque entre a sociedade que se constituiu dentro e fora das Províncias, e a oligarquia de Amsterdã; e por último sua incapacidade no comércio internacional de ampliar ainda mais as suas redes, com os insucessos no Brasil e na costa africana, por exemplo.

Vale notar que Braudel apresenta as causas dessa falência num sentido crescente de dificuldades, de ordem interna da própria companhia, passando pela estrutura social nas Províncias, até chegar nas questões mais amplas do comércio internacional.

O que se apreende com o testemunho de Amsterdã na formação histórica do capitalismo? Vários aspectos condicionaram o sucesso do sistema holandês: o entreposto de Amsterdã funciona muito bem nas funções de “... *reunir, armazenar, vender, revender as mercadorias*...” (idem, p. 217). Este mesmo entreposto é capaz de moldar as outras funções mercantis, subordinando o conjunto da economia holandesa a seu objetivo essencial, inclusive a Bolsa e o Banco de Amsterdã. Esse último também tem um papel importante, a tal ponto que se pode dizer que, “*os holandeses são, na verdade, mercados de crédito para toda a Europa, e esse é o maior segredo da sua prosperidade.*” (idem, p. 221).

Portanto o crédito e as letras de câmbio exercem papel fundamental na economia holandesa, uma economia marcada pela lentidão da produção, das comunicações e do

levantamento de dinheiro para as compras, de modo que todos os esforços que agilizem as transações são positivos.

O comércio internacional nasce liderado pela Europa; o epicentro muda, como vimos nos exemplos de Veneza, Antuérpia e Amsterdã, contudo o capitalismo mercantil nasce monopolista e internacional. Por que não dizer global? Há ainda outros elementos a serem colocados nessa história. No terceiro volume de *Civilização Material* encontra-se o comércio triangular organizado pelos europeus formando um circuito internacional. Os navios – sejam portugueses, holandeses, ingleses ou franceses – empreendem um comércio triangular. Por exemplo,

Um navio inglês vai vender seus escravos na Jamaica, volta à Inglaterra com açúcar, café, índigo, algodão, depois rumo de novo para a África. Esse esquema é o mesmo, *mutatis mutandis*, para todos os navios negreiros. Em cada vértice do *triângulo* obtém-se um lucro e o balanço total do circuito é a soma de balanços sucessivos. (Braudel, 1996b, p. 405)

Em relação ao comércio com o Oriente, a obra estudada, demonstra uma especificidade: o fato de o Extremo-Oriente não ter tido “apetite” pelos produtos europeus, ao contrário desses em relação aos seus produtos. Braudel mostra que desde o Império Romano a Ásia não aceitou o “jogo das trocas”, a não ser a troca de metais preciosos. Com exceção do Japão, que possui minas de prata, todo o metal branco circulante no Extremo Oriente é europeu, porém originariamente americano.

A grande superioridade ocidental está nos seus navios de guerra: manobráveis, capazes de navegar contra o vento, munidos de várias velas e armados de canhões. Tanto os portugueses como seus sucessores, “*incapazes de se apoderarem da terra densa do Extremo Oriente, apossaram-se sem dificuldade do mar, superfície das ligações dos transportes*” (Braudel, 1996b, p. 457), suficiente para o comércio mundial.

“*As grandes Companhias das Índias nascem ‘multinacionais’*” (idem, p. 459) e para sobreviverem precisam resolver uma equação bastante complexa: lutar com os Estados que as criaram e que as apóiam; atender aos interesses dos acionistas, do mercado estrangeiro e nacional, e combinar tudo isso com as grandes distâncias. É muito difícil controlar tudo da Europa, então foi necessário delegar poderes criar escritórios, feitorias e lojas, Braudel enumera alguns destes sistemas, a título de exemplo vamos transcrever a feitoria inglesa de Surat, nela se: “*...criou uma série de lojas em Goga, Broach, Barroda, Fatehpur, Sikri, Lahore, Tatta, Lahribandar, Jasques,*

*Isphan, Moka ...;*” (idem, p. 459). Ele comenta que se tratou apenas de ocupação pontual e superficial até a conquista inglesa propriamente. No entanto trata-se de uma rede de dominação com objetivos obviamente comerciais.

Da leitura feita da obra de Fernand Braudel é possível elencar características do capitalismo desde os seus primórdios mercantis: grandes transações comerciais e financeiras; produção de grande porte e comércio a longas distâncias. Sendo o comércio internacional elemento definidor do protagonismo histórico.

### **O encontro das leituras da globalização**

As leituras aqui apresentadas – conjuntural e estrutural – caracterizaram a seu modo esse fenômeno histórico. A primeira enfatiza como especificidade do processo de globalização econômica o uso de novas tecnologias que agilizam o processo de acumulação; a reestruturação produtiva – com mudanças nas relações de trabalho e reafirmação da condição de países periféricos ou centrais; e a financeirização da economia. A segunda leitura demonstrou a tendência multissecular da internacionalização do capitalismo desde os seus primórdios – quer o produto fosse uma mercadoria, quer fosse o próprio dinheiro.

Contudo, partir do pressuposto de que essas leituras da globalização econômica são necessariamente excludentes parece ser no mínimo uma posição imprudente. O percurso feito busca demonstrar possibilidades de diálogo entre essas abordagens. Seguramente elas apresentam dados comuns: a internacionalização econômica objetivando as altas taxas de lucro; e o capitalismo tendo necessidade de expansão contínua, inclusive para resolver suas crises.

Entretanto são perceptíveis diferenças entre essas abordagens. A análise conjuntural, cuja temporalidade do fenômeno globalização econômica se apresenta na segunda metade do século XX, busca demonstrar as mudanças ocorridas a partir de então.

A interpretação da globalização econômica como processo de longa duração pode confirmar a presença dessa tendência inerente ao capitalismo desde a sua gênese.

A prudência na análise de um fenômeno ainda em processo de consumação indica que a utilização apenas de uma das abordagens fornece uma visão incompleta da globalização econômica.

A análise conjuntural, ao reforçar a concepção de ruptura, ou seja, mudança profunda pode induzir a uma leitura deste fenômeno como se não fosse resultado de um

processo histórico com continuidades e heranças. Assim desenraizada, a globalização econômica identifica-se como um “salto” negando as permanências no movimento da história. A complexidade do fenômeno aponta para uma multiplicidade de fatores e sujeitos que exigem análises de mais longa duração.

A interpretação estrutural, por sua vez, pode levar à idéia de não-mudança, de uma história imóvel e sem sujeito. Essa não era a concepção de Fernand Braudel, nem deve ser a de qualquer historiador. A leitura da história do ponto de vista da longa duração tem por finalidade apresentar o processo histórico como tendo camadas, nas quais são perceptíveis várias tendências que podem ou não aflorar e se impor de acordo com as inúmeras conjunturas ao longo do tempo.

Afinal o diálogo entre as abordagens conjunturais e estruturais possibilita uma compreensão mais ampla do fenômeno da globalização econômica, já que ambas adotam a característica de o capitalismo ser um fenômeno necessariamente internacional. O capitalismo transformou-se ao longo do tempo sim, mas a tendência de expansão constante por todas as áreas econômicas e geográficas mantém-se. As mudanças que ocorreram ao longo dos séculos foram resultados de processos históricos mais ou menos evidentes no período anterior.

A frase de Braudel colocada no início desse texto “...entre o passado, mesmo longínquo, e o presente nunca há ruptura total, descontinuidade absoluta...” (Braudel, 1985, p. 53) busca evidenciar a necessidade de se investigar as raízes históricas de um dado processo estudado. Além disso, a proposta do historiador francês de buscar-se uma história profunda exige a superação das visões etapistas que negam as continuidades históricas.

Por fim pode-se afirmar que ambas as abordagens da globalização econômica podem, em conjunto, superar as dificuldades detectadas em cada uma delas se utilizada isoladamente.

A idéia de que a globalização econômica, ainda que presente desde a gênese do capitalismo, seja entendida como uma “lei natural” do capitalismo, como vimos, deve ser recusada. Também negar a existência de elementos análogos à globalização na conjuntura atual, nos séculos iniciais do desenvolvimento capitalista seria negar a própria historicidade desse fenômeno histórico. Assim, uma concepção do processo histórico com continuidades de longa duração e com mudanças conjunturais parece

mais adequada, além de ser mais profícua à complexidade do momento em que vivemos.

#### Referências Bibliográficas

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Trad. Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa: Teorema, 1985.

\_\_\_\_\_. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. 2<sup>a</sup> ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995a. 2 v.

\_\_\_\_\_. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII**. Trad. Telma Costa. 3 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1995b (v. 1), 1996a, (v. 2), 1996b (v. 3).

\_\_\_\_\_. **Les ambitions de l'Histoire**. Paris: Éditions de Fallois, 1997.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.